

Propostas para fortalecer toda a cadeia

Em entrevista exclusiva à revista Siderurgia Brasil, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos (Sicetel), Daniele Pestelli, analisa os fatores que afetam a competitividade desse setor e defende a adoção de uma política industrial que garanta proteção às cadeias produtivas como um todo.



Siderurgia Brasil – Como o setor representado pelo Sicetel tem reagido à elevação do câmbio?

Daniele Pestelli

– Na nossa visão, o câmbio funciona como um bom escudo para as empresas do nosso setor, que são o primeiro elo das cadeias produtoras de bens finais. Ou seja, nós pré-preparamos o aço para outros elos da cadeia, que vão produzir peças e bens. Então, como primeiro escudo o dólar mais elevado funciona muito bem, apesar de ainda insistirmos que essa taxa por volta de R\$ 2,40 ainda é insuficiente para oferecer uma proteção efetiva. Mas nós temos discutido internamente com representantes dos nossos diversos segmentos um problema mais complexo, que é o desalinhamento das alíquotas do imposto de importação ao longo das diversas cadeias produtivas do segmento sidero-metalúrgico (falta de impostos de proteção da indústria brasileira). Ou seja, as alíquotas do imposto de importação atualmente cobradas não estão alinhadas com o valor agregado de cada elo da cadeia. Por exemplo: um dos setores representados pelo Sicetel é o de lâminas para motores e de trans-

formadores, cujo imposto de importação é de 14%, mas o imposto de importação do aço usado nessas lâminas, que é o aço silicioso de grão não orientado, também é de 14%. Considerando que a agregação média de valor na produção dessas lâminas é de 30%, acaba não havendo nenhuma proteção em relação a essas lâminas, mesmo com o dólar mais elevado. Então, o dólar mais elevado inviabiliza ou dificulta a importação do aço *in natura*, mas como o valor agregado não é repassado ao imposto de importação do elo seguinte da cadeia, essa proteção natural acaba desaparecendo. Nós consideramos que uma reconstrução, pelo menos parcial, dessa diferença dos impostos de importação, levando em consideração o valor que se agrega, provavelmente permitiria uma reordenação da cadeia com uma proteção natural ao longo de todas as suas etapas. Existe, então, um escudo, que é o dólar mais elevado, mas ainda precisa ser feito um trabalho adicional para reconstituir essas diferenças dentro da cadeia produtiva, de tal forma que todos os elos fiquem protegidos.

SB – Qual seria o nível do câmbio mais adequado para oferecer alguma proteção ao setor?

Pestelli – No Sicetel, nós não fize-

mos o cálculo de uma taxa de equilíbrio, mas recentemente nós tivemos na Fiesp um evento denominado *A Reindustrialização do Brasil*, no qual renomados economistas afirmaram que a taxa de equilíbrio para a indústria nacional seria em torno de R\$ 2,90. Ou seja, essa taxa reconstruiria o equilíbrio que existia antes, transferindo a produtividade interna para o câmbio. Deve ficar claro, porém, que quando falamos de um dólar mais elevado, não significa que nós queremos uma proteção exagerada. O importante é notar que, para compensar as ineficiências estruturais do estado brasileiro – tributos, infraestrutura etc. – e também a ineficiência que existe dentro das próprias empresas, que precisa ser corrigida continuamente, eu considero que R\$ 2,90 por US\$ 1,00 seria a taxa de câmbio ‘mágica’ que o pessoal tem falado.

SB – O governo se preocupa com o impacto do dólar sobre a inflação. No caso do Sicetel, o dólar valorizado implica aumento nos custos de produção?

Pestelli – O percentual de importação de matéria-prima do nosso setor não é muito elevado, mas até aquelas empresas que importam acabam tendo pouco impacto da valorização do dólar, tendo em vista que as usinas brasileiras

procuram manter continuamente uma taxa de equilíbrio - ou de conforto -, em que o preço interno fica muito próximo do preço importado mais o imposto de importação. Então, os nossos preços internos se mantêm muito próximos dos preços dos produtos internacionais internados. Com a desvalorização do real, não é só o importado que vai sofrer aumento, mas o nacional também. Mas, o maior problema hoje não é a importação do aço *in natura*; nós estamos muito mais preocupados com a importação de aço em peças e produtos acabados. Esses números estão discriminados na análise setorial do Sictel que acabamos de divulgar. O problema é que a importação indireta de aço é maior do que a do aço *in natura*. A reestruturação do setor metalúrgico tem de levar em consideração a necessidade de reduzir a importação de partes, peças e produtos finais que contêm aço, e isso só vai acontecer se os impostos de importação incidentes em cada elo equilibrarem essa cadeia.

SB – O Sictel tem uma estatística que demonstre a evolução da participação do setor no consumo aparente nacional?

Pestelli – O Sictel tem uma participação entre 13% e 14% na comercialização de aço por parte das usinas nacionais. A importação de aço *in natura* atingiu um pico em 2010, mas agora está caindo; mas, a importação de aço incorporado a produtos elaborados vem crescendo. O que acontece é que não existe uma estrutura tarifária capaz de proteger a agregação de valor. Assim como pode ocorrer uma proteção maior de um determinado tipo de aço *in natura*, também pode ocorrer uma proteção menor numa etapa posterior da cadeia. Mas, apesar da redução no consumo de aço nos últimos anos no Brasil, nosso percentual continua estável em torno de 13%. Ou seja, 13% do aço produzido pelas usinas passam pe-


los Sictel. O que tem acontecido é que as peças produzidas a jusante do nosso elo da cadeia têm sido importadas de forma muito expressiva pelos nossos clientes. Isso significa uma perda para a cadeia siderúrgica como um todo – não é uma perda exclusivamente nossa.

SB – Um recente estudo da Fiesp revelou que, hoje, a participação da indústria no PIB é inferior à de 1995. Em sua opinião, isso tende a se acentuar?

Pestelli – Eu acho que essa participação é menor ainda do que em anos anteriores a 1995, porque no final da década de 1980, a indústria alcançou o pico de sua participação no PIB, chegando perto dos 30%, e hoje essa participação é de 26%. Mas a indústria de transformação – ou seja, excluindo a mineração e a construção civil – chegou a 19%, em 2004, e hoje está em torno de 13%. Isso explica a preocupação com aquilo que tem sido chamado de ‘desindustrialização do Brasil’.

SB – Quais são as mudanças básicas que o Sictel proporia ao governo dentro de uma política industrial, com vistas a reverter essa situação?

Pestelli – Nós proporíamos uma solução para a questão do conteúdo local, porém, sempre olhando a cadeia como um todo. Isso porque, quando se adota uma solução para um único elo, toda a cadeia fica desorganizada. Eu reitero minha opinião, já citada anteriormente, de se ter um olhar mais incisivo na evolução do imposto de importação, que talvez permitisse o lançamento de um programa de política industrial positivo para o Brasil. Ou seja, se somente um elo for protegido, cria-se um problema, mas se toda a cadeia – desde a matéria-prima até produto final acabado – fosse contemplada, seria sim uma verdadeira política industrial. O governo precisa observar quais são as cadeias verdadeiramente competitivas que temos no país, e fazer programas para elas, mas não para um único

produto ou elo. No caso da siderurgia, nosso país tem tudo para ser muito competitivo em relação aos outros países do mundo. Nós temos jazidas de minério muito próximas, com ótimas composições, nossas usinas ainda têm instalações razoavelmente modernas, e toda a cadeia é muito bem estruturada. Então, se o governo considerar que a cadeia siderúrgica é suficientemente importante para ser protegida, tem de defender a cadeia como um todo. O câmbio não se discute; ele precisa ser resolvido em benefício de todas as cadeias. Mas, além de um câmbio ajustado, precisamos ter impostos de importação que levem em conta a agregação de valor. Outro ponto é o excedente de aço no mercado internacional, que é da ordem de 600 milhões de toneladas por ano. Então, nós achamos que é preciso defender toda a cadeia dentro do mercado interno e estudar uma fórmula que nos permita exportar produtos com mais valor agregado. Precisamos seguir o exemplo dos países que concorrem mais diretamente com o Brasil, como a China e a Coreia, que tratam o conceito de cadeia produtiva de uma forma muito eficiente. 

www.sictel.org.br

Daniele Pestelli



Foto: Divulgação